

# A HOSPITALIDADE NA PERSPETIVA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Lúcio Grinover<sup>20</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por base o texto da conferência de abertura do II Colóquio Internacional sobre Hospitalidade promovido no âmbito de uma parceria académica entre Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa e o Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo e realizado na cidade do Porto em fevereiro de 2009 sob o tema “Rostos e lugares de Hospitalidade”. O autor considera que a transformação da cidade moderna para a cidade contemporânea cria uma crise que exige a reavaliação dos pressupostos e categorias consolidadas como, por exemplo, os conceitos de identidade, pertença, cidadania, representação, hospitalidade. Essas mudanças, construindo “cenários futuros possíveis” (Magnani, 1998), implicam reavaliações fundamentais dos estudos sobre hospitalidade urbana.

**Palavras-chave:** Hospitalidade, Cidade, Cidadania

**Abstract:** This article is based on the text of the International Colloquium II opening conference on Hospitality promoted as part of an academic partnership between the

---

<sup>20</sup> Conferencista convidado do II Colóquio Internacional sobre Hospitalidade (UCP-Porto, 2009). Arquiteto. Docente e diretor por dois mandatos da FAU-USP, São Paulo Brasil.

Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University and a Masters in Hospitality Anhembi Morumbi University of São Paulo and held in the city of Porto in February 2009 under the theme " Faces and Hospitality places." The author considers that the transformation of the modern city to the contemporary city creates a crisis that requires a reassessment of the assumptions and consolidated categories such as , for example, the concepts of identity , belonging, citizenship , representation, hospitality. These changes , building " possible future scenarios " ( Magnani , 1998) , imply fundamental reassessment of studies on urban hospitality.

**Keywords:** Hospitality , City, Citizenship

### **A Hospitalidade na cidade contemporânea - paradigmas de referência**

A hospitalidade foi tradicionalmente como um modo de viver juntos, segundo regras, ritos e leis. Implicava ela uma relação, uma ligação social e valores de solidariedade e sociabilidade e encerrava em sua forma inicial um ritual de acolhimento, sendo, por suas características, um instrumento de acolhimento institucional e mercantil, e, neste último, os protagonistas estariam liberados de qualquer outra obrigação, fora daquela definida pelo contrato. A hospitalidade implicava a partilha de um território, de alimentação, de informação, de palavras, de saberes, de afetos. O gesto de hospitalidade era aquele que colocava de lado a hostilidade latente em todo ato de hospitalidade. Ela supunha uma relação assimétrica na qual alguém oferece e outro recebe, sendo que durante essa relação o equilíbrio entre doador e donatário nunca poderia se realizar: um estaria sempre em "obrigação" em relação ao outro, caracterizando a hospitalidade como um dom no exercício das prestações e contraprestações que, de acordo com Marcel Mauss, regiam o ciclo das trocas<sup>21</sup>. Tinha a necessidade de manter o estrangeiro como tal, isto é, prescrever-lhe a distância, sua identidade, sua originalidade, sua singularidade, sua especificidade. Dava-se ela em espaços institucionalizados que, enquanto lugares de hospitalidade, implicavam um conjunto de regras que lhe davam configurações singulares. Dava-se, sobretudo e inicialmente, na hospitalidade familiar onde a liberdade das relações entre hóspede e anfitrião não era tão evidente, e muito

---

<sup>21</sup> Hoje os teóricos anti-utilitaristas do M.A.U.S.S. – Mouvement Anti-Utilitariste Dans L'es Sciences Sociales – insistem no fato de que a obrigação mútua gerada pelos movimentos da dádiva constitui não apenas um fenômeno sociológico das sociedades arcaicas, mas também das sociedades modernas, e que esta é a condição primeira da existência do vínculo social e é a gênese da hospitalidade.

menos nos espaços públicos, onde havia restrições claras quanto ao uso daqueles espaços.

De acordo com esses paradigmas, a hospitalidade é um acontecimento ético por excelência (Baptista, 2007) referindo-se a todas as práticas de acolhimento e civilidade que tornam o espaço construído, em particular, um “lugar mais humano”, um “lugar antropológico”, (Augé, 2003), em oposição aos “não-lugares”, espaços esses desprovidos de identidade, de memória e de relacionamento.

Na cidade antiga, a realidade política da hospitalidade era um acolhimento sob condições. Hoje, o panorama mundial marcado pela marginalização, exclusão, nomadismo generalizado, implica, para “reinventar” a hospitalidade em sua complexidade, pensá-la ampliada, transversal, trabalhada caso a caso (Scherer, 1997).

O homem da cidade anterior à revolução industrial vivia intensamente pautado por relações de sociabilidade e solidariedade intensas, isto é, de hospitalidade que se configurava como “clássica”, situação completamente diferente vivenciada com a crescente implantação do processo de urbanização.

A prática da hospitalidade na cidade está condicionada pelas infra-estruturas presentes e suas normas de utilização, seu repertório de símbolos, as regras de combinação desses símbolos, seus códigos de leitura e de emissão de mensagens não verbais e a correspondência termo a termo de cada símbolo e cada significado.

Como sugere Alain Montandon, a hospitalidade na cidade é ter consciência, descobrir e valorizar suas próprias riquezas; é uma descoberta de si e de um novo olhar sobre seus próprios recursos. A cidade é, portanto, o lugar onde se pratica a hospitalidade, onde se dá o encontro com o “outro”, na posição de anfitrião que recebe para mostrar sua cultura, sua história.

A noção de hospitalidade na cidade não está só mobilizada como um valor inspirador de práticas mais ou menos codificadas, destinadas a enquadrar a chegada e a permanência de um “estrangeiro”, e regulamentar as fronteiras da integração. Essas práticas, ao mesmo tempo políticas, jurídicas e sociais, dirigem-se não só aos estrangeiros, mas a todos os grupos, familiares ou individuais, qualificados como “o outro”, em virtude de sua proveniência, de sua mobilidade, de sua cultura.

Analisamos até aqui o que dá fundamento aos paradigmas “tradicionais” da hospitalidade, sendo que o entorno vivido é o lugar de trocas e a matriz de um processo da e na cidade, definida esta como um sistema de atividades e de aglomeração de

pessoas. Coloca-se ela ao longo de uma cadeia que vai do espaço construído, aos espaços públicos e às redes de infra-estruturas, compartilhando a noção de atividades com a de experiência.

A hospitalidade clássica, no sentido histórico do termo, consistia em satisfazer as necessidades básicas e as de segurança e, em certos casos, de reconforto e de afeto de pessoas que estavam se deslocando por meio de uma relação gratuita. Hoje é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua sociodiversidade, onde os espaços públicos não só deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos da cidade, como perdem seu papel estruturante das atividades e interações urbanas, afetando as esferas de influência cultural, social e de personalidade de seus atores e alterando os seus níveis de uso e apropriação.

Alguns autores (Baptista, 2005) colocam, por outro lado, a hospitalidade no coração da vida social, não apenas como ideia universal reguladora, mas como competência prática, como relação interpessoal, seja qual for o seu contexto de realização, permitindo-nos pensar as práticas sociais a partir da valorização dos lugares de contatos, de interações, encontros e relações interpessoais, que proporcionam uma forma de comunicação urbana sob outra perspectiva. Tornam-se objeto de estudo, novos signos e hábitos cotidianos como a moda, o jogo, o “flâneur”, as ruas, a fotografia, a publicidade.

Os signos dessa nova cultura urbana são identificados e articulados numa sintaxe própria, elaborando um discurso específico sobre a cidade. O objeto cidade é reconhecido por meio de códigos, compartilhando a ideia de apreensão da realidade urbana por meio de elementos significantes e da articulação entre eles numa linguagem.

Lucrecia Ferrara (2002) trata a cidade como um espaço privilegiado do não-verbal. A autora levanta a ideia de que os códigos da cidade se formam não por meio de um único signo, mas através de signos variados como sons, palavras, cores, texturas, cheiros. “Não um sentido, mas diversos sentidos produzidos que se impõem” (idem, 2002). Constitui-se, assim, o texto não-verbal, percebido e registrado por toda a cidade, por meio da experiência urbana, de uso dos espaços, uso esse que os qualifica, caracterizando lugares e sedimentando uma memória urbana.

Para o entendimento da cidade no âmbito da comunicação, do pensamento urbanístico e da hospitalidade urbana, é fundamental analisar as palavras, signos ou discursos da comunicação urbana como proferidos segundo a posição de quem os utiliza. A leitura, além de interpretação, é uma intervenção criadora (idem, 2002). Ao

procurarmos apreender uma determinada organização social por meio da leitura do espaço urbano que ela ocupa, estamos não só decodificando seus símbolos, mas dando a esses um significado que varia conforme os conhecimentos de que dispomos, isto é, dos códigos que podemos utilizar.

A possibilidade de ler a cidade a partir de ferramentas da comunicação tem caminhos diferentes, dependendo dos signos, indicadores ou discursos a pesquisar. Diante da diversidade de representações e grupos sociais na constituição e transformação do fenómeno urbano nos dias de hoje, essa parece ser uma abordagem que permite reconhecer as diversas identidades e as diversas culturas que se apresentam simultaneamente por meio dos espaços construídos e experiências urbanas.

Vale agora considerar e analisar as mudanças no sistema urbano que afetaram de diferentes maneiras o processo de hospitalidade no espaço urbano. Quais foram elas? Fundamentalmente deram-se com a adoção de novos modos de vida da população, de novas modalidades de gestão dos espaços urbanos; com a alteração nas relações entre espaços públicos e privados; com o surgimento de espaços de uso público, mas de propriedade privada (Shopping Centers, espaços urbanos tombados, por exemplo).

A cidade oferece atualmente as mesmas características de hospitalidade analisadas até hoje? Subsistem ainda as categorias de análise da hospitalidade: acessibilidade, legibilidade, identidade, sobre as quais trabalhamos anteriormente? (Grinover, 2007). Como deve hoje ser analisada a mobilidade e, conseqüentemente, a acessibilidade? Quais são os códigos de leitura do espaço construído? A fragmentação urbana permite a compreensão da cidade como um todo e permite, ainda, individualizar as diferentes identidades urbanas? Há diversas cidades embutidas na cidade contemporânea? Quais influências poderão atuar na hospitalidade urbana, em função da dispersão e difusão urbana? Quais perspectivas de novos estudos para a hospitalidade do e no espaço construído?

As respostas definitivas para todas as perguntas devem ser objeto de profundas investigações e reflexões a fim de encontrar alternativas para novas políticas urbanas de hospitalidade, capazes de acompanhar as mudanças que estão ocorrendo, bem como para novas políticas de atuação profissional de seus planejadores no espaço construído, considerando ainda que não é possível falar de espaços hospitaleiros, nem de lugares hospitaleiros, mas de “usos e ocupações hospitaleiras do espaço” (De La Haba & Santamaría, 2004), o que nos dá a característica da hospitalidade no espaço construído.

Em “La città postmoderna: Magie e Paure della metropoli contemporanea”, Giandomenico Amendola (2004) sustenta que as cidades estão se preparando para a competição oferecendo todas elas uma nova imagem de si. Intensificam-se as ações sobre a cidade para mudar sua lógica de funcionamento e forma física, e aumentar assim sua capacidade de competir em mercados nacionais e internacionais, e, ao mesmo tempo, satisfazer seus habitantes. Pois é na cidade que se torna visível a grande transformação contemporânea, e entre as grandes transformações culturais, estão a assunção da cotidianidade como campo privilegiado da formação do sentido e a contínua introdução de elementos do cotidiano em todos os campos da ação e do saber urbano.

Jean-François Lyotard em “La condition postmoderne” (1979) coloca as características constantes da experiência urbana pós-moderna como sendo basicamente: a indeterminação (ambiguidades e fracturas); a fragmentação; a valorização das diferenças, o *patchwork* e o “*bricolage*” projetual; a crise do “si mesmo” e a falta de profundidade (a identidade como problema e a difusão de identidades mutáveis); a procura da beleza (substituição do princípio da utilidade com aquele do prazer); hibridação; redução do passado ao presente; a carnavalização (a vida como jogo, a máscara, a festa); o protagonismo e a participação (a cidade aberta aos significados de cada um de seus habitantes); o subjetivismo (a primazia da construção individual, o indivíduo militante de si mesmo, a coexistência de diferentes hipóteses do mundo, mesmo conflituais); casualidade e estocasticidade (caída da previsibilidade e da pre-determinação, primazia do acaso e da probabilidade).

A cidade contemporânea foge, graças à sua nova indeterminação estrutural, às tentativas de compreensão e de interpretação totalizante, seja dos especialistas, seja de seus habitantes. Os modelos totalizantes do passado, fundados sobre a racionalidade e sobre ordens pré-constituídas, mostram claramente sua crise e, com isto, a inconsistência dos projetos urbanos recentes.

Na cidade contemporânea o espetáculo torna-se o principal organizador da vida, como dimensão da experiência cotidiana. O espetáculo se espalhou no cotidiano da cidade e na rede dos espaços e dos tempos da experiência metropolitana.

A experiência urbana é marcada por uma enorme disponibilidade de recursos culturais, que se revela superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade. Desejo de prazer, procura da diferença social, avidez de consumo, afirmação

de identidades, constituem impulsos fundamentais, entre si complementares e sinérgicos, para orientar o comportamento de novas tribos que percorrem a cena urbana (Magnani, 2007), assim chamadas pela presença, comportamento e práticas, sobretudo por grupos jovens, principalmente nas grandes cidades.

Entre as primeiras e importantes vítimas do cenário urbano estão os grandes planos totalizantes fundados sobre princípios de ordem e racionalidade e entendidos como instrumentos ordenadores globais do crescimento e da vida da cidade: são os “planos diretores” cujos termos conceituais tradicionais transformaram-se em “planos estratégicos”. Os primeiros apresentam-se fundamentalmente como planos normativos, mais preocupados com a regulamentação de futuras e eventuais intervenções urbanas. Os segundos propõem-se a serem planos de ação visando soluções de problemas da atualidade e concentrando-se nas possíveis articulações de agentes urbanos com o objetivo de explorar as reais possibilidades da cidade.

Dessa maneira, a experiência urbana perdeu seu caráter tradicional de processo dotado de um fim e tornou-se descontínua, fragmentária, episódica e incoerente.

A pessoa escolhe lugares, estilos, imagens, códigos e combina-os devido à própria experiência pessoal. Transferido esse conceito para a hospitalidade, verifica-se que ela segue os comportamentos urbanos e fragmenta-se em tantas hospitalidades quantos são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Essa constatação destrói o conceito clássico e subverte o sistema já consolidado. Novas hospitalidades vêm preencher os espaços urbanos e tornar mais difícil ainda a apreensão da totalidade da cidade. Há inúmeras ilhas de hospitalidade construindo o mosaico urbano. O lugar da cidade que se conseguiu fazer “próprio”, habitando-o, exprime uma combinação de poder, um capital cultural com suas competências e gostos, um capital social, consideradas as relações interpessoais, grupos de pertencimento, etc.

Seres humanos diferentes, de culturas diversas, inventam maneiras diferentes para lidar com as mesmas realidades. A chave para compreender algumas das principais modificações da cidade e da sociedade contemporânea é basicamente o conceito de “experiência”. Cada aspeto da cidade deve se tornar uma experiência ativa que possa ser promovida, desejada ou adquirida enquanto tal. Um café, uma praça, a própria cidade propõem-se como experiências globais, mais do que simples lugares. Na base dessa ideia de experiência há uma concepção pela qual o que tornou “importante” um lugar é a sua capacidade de nos tornar diferentes após atravessá-lo, percorrê-lo e de produzir uma

experiência depois da qual não somos mais os mesmos. O que se vende não é o lugar, mas a experiência que esse produz; cada lugar da cidade contemporânea pode ser projetado e apresentado para criar experiências. Um restaurante é uma experiência gastronômica, um museu, uma experiência de história. Uma cidade, portanto, pode tornar-se uma experiência de cidade. Tudo torna-se interessante e vendável em nome da capacidade de se tornar experiência.

O termo experiência cobre significados novos, e evoca explicitamente o envolvimento profundo do sujeito na representação social.

### **Legibilidade**

A cidade é o principal livro sobre o qual a história pode ser reescrita e, sobretudo, lida (Amendola, 2004). Além disso, a cidade é um depósito de conhecimentos e de possibilidades que ninguém pode imaginar de esgotar ou de organizar definitivamente. A cidade é um texto cuja leitura é difícil pela complexidade das mensagens, pela crescente polissemia das partes e os diferentes códigos dos leitores possíveis. O objetivo é o de colocar o texto urbano em condições de comunicar imediata e facilmente um passado histórico considerado precioso. A relação com o passado e com a memória coloca-se na cidade contemporânea de modo novo, a partir das modalidades específicas com que a cultura utiliza a tradição, bem como a história (tradição física: a cidade construída, suas arquiteturas e suas partes; tradição cultural: signos, códigos comunicativos e interpretativos, etc). Sua nova relevância vem unicamente da capacidade de significar o pertencimento ao passado e de reproduzir e recordar a história. A cidade apresenta-se como um conjunto fragmentado de formas arquitetônicas, de experiências culturais e de estilos de vida, que torna praticamente impossível reconduzi-la à unidade ou colocá-la num quadro ordenado. A variedade da metrópole contemporânea impede toda tentativa de síntese unitária, como já dissemos. Hoje nas pequenas ou grandes operações de renovação urbana, os códigos construtivos e projetuais geram um sistema narrativo que integra lugares, lembranças, significados, atividades e imagens.

Grande parte da revitalização da cidade e de suas partes consiste na recriação física ou cultural dos espaços públicos enquanto lugares que fundamentam a experiência urbana. Os projetos dali resultantes fazem parte de estratégias mais amplas de

desenvolvimento económico nas quais o património preservado serve de instrumento para fomentar atividades de lazer e de turismo, e também para criar uma imagem positiva da cidade e um ambiente favorável às coisas novas e aos negócios, elementos fundamentais para a atração de novos investimentos produtivos e de pessoal capacitado.

Impulsionada por novas formas de expansão e urbanização crescente, assistimos, progressivamente, a uma mudança na escala da cidade, que sai do seu quadro espacial tradicional e se dissolve no território e se transforma numa massa fragmentada. Estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano que alimenta uma ideia de cidade como somatória de tecidos urbanos soltos. Verifica-se que o crescimento das metrópoles já não se realiza apenas por ampliações concêntricas, mas também pela integração, no seu funcionamento cotidiano, não só de aglomerados urbanos periféricos ou elementos de natureza urbana cada vez mais afastados.

Essa nova forma espacial e funcional colocará em causa a estrutura de rede de espaços a ela associada e, em último grau, proporcionará a destruição da própria imagem da cidade enquanto espaço público, e a desestruturação dos modos de leitura desses espaços.

O carácter cada vez menos público dos espaços urbanos sugere que estes são cada vez menos visualizados como espaços efetivos de pertencimento. A praça ou o jardim não são mais espaço de interação social cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados por seus atores: a rua não é mais um local, mas apenas uma ligação. Não só os espaços públicos deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos como perdem seu papel estruturador das atividades e das interações sociais da cidade.

### ***A acessibilidade***

Um outro elemento novo de análise destaca-se para o funcionamento da cidade: a mobilidade entendida em suas tendências e incidências sobre o ambiente, a morfologia urbana, os modos de vida, a acessibilidade aos lugares. A mobilidade urbana refere-se à mobilidade de Pessoas tanto quanto de Informação e de Bens. Como afirma Ascher (2004) os meios de transporte de bens, pessoas e informação formam um sistema, assim, as modalidades não seriam reduzidas aos únicos deslocamentos físicos num espaço ele mesmo reduzido a ruas e a outras infraestruturas de transporte. A mobilidade

tem uma dimensão cultural que explica as diferenças que podem existir de uma sociedade à outra.

Segundos os termos de Jacques Lévy (2004), com a telecomunicação, a mobilidade e a copresença, temos as três modalidades de gestão de que os homens dispõem: a telecomunicação para o transferimento de informação desmaterializada, a mobilidade pelo deslocamento, a copresença pela eliminação da distância.

O movimento é o centro das dinâmicas de nossas sociedades, é social, económico e urbanístico (Ascher, 2004). O movimento está no âmago da vida; está também no âmago da economia: o capital está sempre se movendo tão velozmente quando possível, e o mercado existe pela mobilidade dos bens, das pessoas e das informações.

Hoje, deslocar-se tornou-se indispensável para ter acesso à maioria dos bens, dos serviços e das relações sociais. A possibilidade de se movimentar condiciona o acesso à habitação, ao trabalho, à educação, à cultura, etc. Dessa forma as mobilidades tomam uma importância e uma significação nova e dão ao direito de movimento um papel maior, pois não é um simples direito em se deslocar de um ponto para outro, mas é também um direito às qualidades dos lugares e aos tempos dos transportes, pois esses ocupam um lugar importante na vida cotidiana.

Hoje, a dinâmica do sistema PIB (População, Informação, Bens), cria algumas situações, que, em parte, são novas. Assiste-se à metropolização e à mudança do sistema de acessibilidade. Em outras épocas os centros das cidades eram os lugares mais acessíveis e reuniam os valores simbólicos, sociais e económicos da cidade. Hoje a evolução do sistema PIB modifica a geografia da acessibilidade: certas periferias para algumas pessoas ou atividades tornam-se mais acessíveis do que os centros geométricos e antigos da cidade. Pode-se, com efeito, morar na periferia e ter acesso facilmente a um grande número de funções urbanas. Mas, ao mesmo tempo, a banalização de tudo o que se comunica dá um valor reforçado às trocas diretas, não mediatizadas. O encontro face-a-face, a experiência “ao vivo”, a repartição das emoções coletivas (por ocasião de festas, de eventos esportivos), são cada vez mais valorizados, tanto na vida fora do trabalho, quanto na vida profissional. Por fim, o aumento da velocidade dos bens, das informações e das pessoas modifica as atividades económicas, sociais e culturais com relação às formas urbanas. Outrora, a densidade e a continuidade do espaço construído eram necessidades fundamentais para produzir a cidade, para maximizar as interações,

etc. Hoje, a velocidade substitui-se à densidade, proporcionando espaços urbanos profundamente diferentes e provocando novos tipos de comportamentos.

Encontramo-nos, portanto, na frente de uma nova questão urbana que resulta em grande parte do deslocamento dentro da cidade, da qual temos herdado culturas e os modos de vida que vêm junto com a cidade que emerge, com práticas sociais novas, que não sabemos ainda organizar e regular. É necessário otimizar economicamente os deslocamentos, tornar o acesso aos transportes mais equitativo e produzir um urbanismo e um sistema de mobilidade o mais respeitoso possível do ambiente.

### *A identidade*

Outra consideração coloca o património em relação com a hospitalidade e com todas as outras categorias de análise consideradas até agora. Segundo o entendimento clássico, o conceito de património refere-se ao legado que herdamos do passado e transmitimos às gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o património apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico (Silva, 2005). Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo. Algumas dessas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado; outras sobrevivem a seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E, através da própria dinâmica da existência, esses objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. É assim que a cultura flui (idem, 2005).

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Neste sentido, o património é “uma construção social”, ou se quiser, cultural, porque é uma idealização construída. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo de pessoas um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão de identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza.

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam necessariamente falsas. As identidades, enquanto sensações de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. As identidades dão segurança e conforto, sendo dotadas de positividade que permite aceitação e endosso. As identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tais como lugares e momentos.

Assim sendo, o património cultural compreenderá todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O passado dá-nos um sentido de identidade e de pertença e faz-nos conscientes de nossa continuidade como pessoas através do tempo.

Mas, apesar dessas formulações contemporâneas de significado do património cultural, em muitas circunstâncias, os edifícios, em particular, são estudados e protegidos como objetos isolados, como são isolados os estudos relativos ao “envoltório” desses bens culturais. Com a transformação do processo de urbanização, o património cultural está sendo ameaçado e destruído em escala diferente.

Os serviços para a preservação deveriam ser reorganizados, como propõe Nestor G. Reis Filho (Estado de São Paulo, 09/01/2009), em escala equivalente; as ações de preservação passariam do esquema de tombamento de edifícios isolados para formas mais abrangentes de atuação. Por isso, as diretrizes de política pública, além de focalizar os objetos de preservação, deveriam definir os parâmetros para as ações do mercado imobiliário; por um lado, para coibir a sua ação e, por outro, estabelecendo espaços a proteger e a reciclar para garantir um bom padrão de vida e, conseqüentemente uma hospitalidade atenta aos habitantes da cidade e aos que a visitam.

Esse processo deverá ser capaz de articular conjuntos de obras a preservar com espaços contemporâneos, criando a integração de obras do passado à vida atual.

Já escrevemos sobre as políticas da hospitalidade (Grinover, 2007) que, embora não sejam tão evidentes, estão elas estritamente relacionadas com as políticas urbanas e do turismo e ao desenvolvimento sustentável da cidade.

O que encontramos, nos textos atuais, sobre o turismo e a política urbana perpassa aqueles conceitos, referindo-se à demanda, à oferta e às projeções atuais; é a postura

nessa política que estabelece um processo adequado de crescimento: a realidade apresenta-se por meio da dinâmica espacial, económica e cultural que a caracteriza.

Na virada do século, o que se verificou foi a orientação de certos governos urbanos em transformar as cidades em mercadorias, a fim de alcançar um caminho fácil junto a agências multilaterais, para garantir futuros financiamentos para novos projetos. Isso dá-se também para um forte grau de identificação dos habitantes com sua cidade, pois, com isso, atinge-se um dos objetivos explícito dos gestores de imagens.

Vir para a cidade grande é, com certeza, deixar para trás uma cultura herdada, encontrando um espaço que não se ajudou a criar, cuja história é estranha e a memória desconhecida. O passado é um outro país. O passado é outro lugar.

Para os migrantes, a memória é inútil. Eles trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências, criado em outro lugar; no novo, aquelas experiências não lhes servem para sua luta cotidiana: a nova residência obriga-os a novas trocas e novas hospitalidades.

Assim, não existem ainda políticas explícitas em hospitalidade. Entretanto, sua dimensão social, com seu caráter de obrigação que hoje se relaciona com o serviço público e a proteção social (habitação social, saúde) ou com o domínio comercial (sistema de hospedagem), já acena à necessidade de instituir certas políticas para a hospitalidade, que, introduzidas nesse processo, se tornam parte da política urbana.

Por outro lado, a qualidade da hospitalidade identifica-se com a qualidade de vida, pois, os requisitos utilizados normalmente para sua caracterização na cidade são: habitação, o acesso à água e aos sistemas energéticos, a coleta e o tratamento de resíduos sólidos e dos esgotos, o acesso aos serviços de saúde, educação e transporte, o sistema de comunicações, a “leitura” do espaço urbano, a identidade do lugar urbano.

É necessário para tentar elaborar uma política para a qualidade de vida e a hospitalidade urbana: conhecer a cidade, perceber e assumir as dificuldades como possibilidades, e não como fatores negativos, entre outras.

Ao realizar o desenvolvimento social pleno e a cidadania, dar-se-á aos espaços públicos a possibilidade de enriquecer a vivência social das populações urbanas, permitindo o encontro de significados no uso desses espaços, pois são os lugares privilegiados para a vida coletiva, a sociabilização, a equidade, a ordem pública, a cidadania e a hospitalidade. São os lugares onde se pode exercitar a escolha, a liberdade e a hospitalidade.

Uma outra hipótese para a criação de política adequada, é a parceria entre a administração pública e a sociedade civil, proporcionando a liberação de uma quantidade fantástica de energias transformadoras com que a gestão burocrática e tradicional dos processos administrativos jamais sonhara. Além disso, mais do que hipótese, é necessário estabelecer e implementar, em todos os setores, um processo de inovação. O conhecimento desse processo é fundamental. Definida de maneira simples e direta, a inovação refere-se à utilização do conhecimento sobre novas formas de produzir, difundir e comercializar bens e serviços.

Nesse sentido, é de grande interesse fundamentar novas ações sobre um conceito desenvolvido por Amartya Sen em “Desenvolvimento como liberdade” (2000), encarando esse desenvolvimento como ampliação das liberdades reais de que uma pessoa possa gozar. Esse conceito, mesmo que tenha sido desenvolvido em outro contexto, pode ter uma relação estreita com o conceito de hospitalidade de uma sociedade.

Ainda, de acordo com Sen, é de se considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas que orientam a ação para os fins que tornam o desenvolvimento e, por analogia, a hospitalidade, algo de considerável importância.

O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidades como a boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às iniciativas, isso corresponde à constituição da hospitalidade num sentido novo, criando um paradigma novo.

Como síntese provisória, gostaríamos de assinalar que alimentamos a ideia de que as grandes cidades longe de se desagregarem, recompõem-se, fazendo emergir novas centralidades, novas modalidades, novos espaços públicos, novas formas de sociabilidade e novas formas de cidadania, pois torna-se urgente, na atualidade, readaptar o tecido urbano às novas condicionantes socioeconômicas e a as novas formas de hospitalidade.

A busca por hospitalidade, a construção de novos lugares, no sentido da amabilidade, do conforto propícios à urbanidade, isto é, à presença de indivíduos e grupos diferentes, parece ser a utopia necessária para nos orientar na reversão e superação de uma situação precária. Afirmar a cidadania, respeitar o ambiente, reduzir a desigualdade e com ela a violência e a exclusão são pontos fundamentais de uma política de hospitalidade.

## Referências bibliográficas

- Amartya, S. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Amendola, G. (2004). *La città postmoderna: magie e paure della metropoli contermporanea*. Milano: Laterza.
- Ascher, F. (1995). *Metapolis ou L'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob.
- Ascher, F. Allemand, S. & Levy, J. (2004) (Orgs.). *Les sens du mouvement: modernités et mobilité*. Paris: Ed. Belin.
- Augé, M. (2003). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus.
- Baptista, I. (2005). Para uma geografia de proximidade humana. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano II, n. 2, p. 11-22.
- Baptista, I. (2007). *Capacidade ética e desejo metafísico, uma interpelação à razão pedagógica*. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento.
- De La Haba, J. & Santamaría, E. (2004). *De la distancia y la hospitalidad: consideraciones sobre la razón espacial*. *Athenea digital* 5, p. 124-134. Disponível em: <<http://antalya.uab.es/athenea/num5/delahaba.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2008.
- Derrida, J. (1997). *De l'hospitalité, Anne Fourmannelle invite Jacques Derrida à répondre*. Paris: Calmann-Lévy.
- Ferrara, L. (2002). *Leituras sem palavras*. São Paulo: Ática.
- Grinover, L. (2007). *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Alpeh.
- Hall, E. (1958). *The silent language*. New York: Doubladay.
- Levinas, E. (1983). *Le temps et l'autre*. Paris: PUF.
- Levy, J. (2004). *Modèle de mobilité, modèle d'urbanité*. Paris: Ed. Belin.
- Liotard, J. (1979). *La condition postmoderne*. Paris: Ed. Minuit. (A condição pós-moderna. 9 col. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006).
- Magnani, J.; Souza, B. (2007) (Orgs.). *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Scherer, R. (1997). *Cosmopolitisme et hospitalité*, em *Ville et hospitalité, textes du séminaire, 1994-1996*. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'homme. Plan construction et architecture. Document de travail.
- Secchi, B. (1995). *Resoconto di una ricerca*. Milano: Urbanística nº 13, Fev.

Silva, E. (2005). *Patrimônio e identidade*. O desafio do turismo cultural. Disponível em:  
<CEAA.UFP.PT/turismo3.htm>. Acesso em 16 abr. 2008.